

política industrial

acompanhamento e análise

| DEZEMBRO 2004 |

24

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro (interino) – Nelson Machado

Secretário-Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Boletim de Política Industrial

Diretoria de Estudos Setoriais

O **Boletim de Política Industrial** é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Acompanhamento de Política Industrial (Gapi) da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea, atualmente coordenado por Luiz Dias Bahia.

Colaboradores

André Gustavo Lacerda Skiendziel

Carlos Alvares da Silva Campos Neto

Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar

Fernanda De Negri

Frederico Andrade Tomich

Gilberto Hollauer

João Alberto De Negri

Luciana Acioly da Silva

Luiz Dias Bahia

Marco Antônio de Sousa Carvalho

Pedro Antônio Estrella Pedrosa

Sérvulo Vicente Moreira

Estagiário

Olivier Letouzé Moreira

As opiniões emitidas, nesta publicação, são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/97/013.

SUMÁRIO

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA	5
2 MEDIDAS DE POLÍTICA	14
3 TÓPICOS ESPECIAIS	23

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA

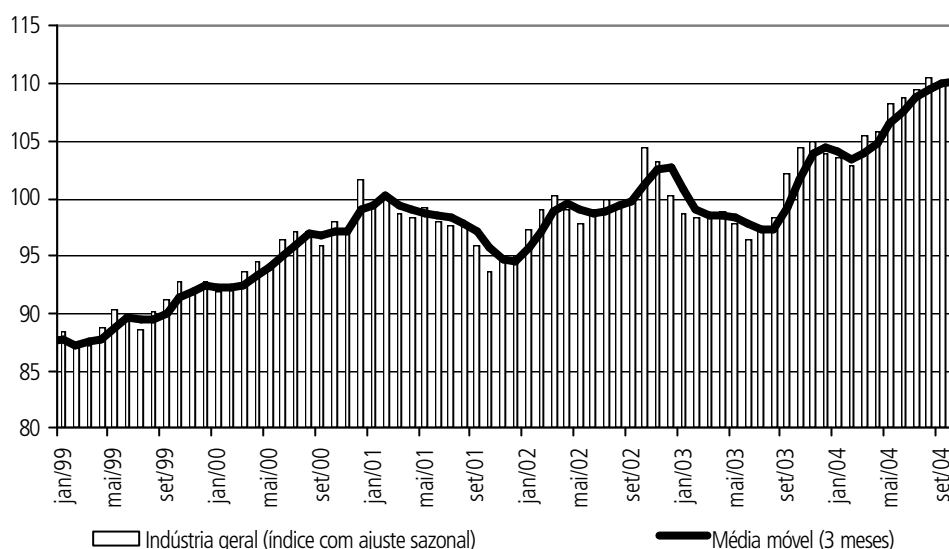
1.1 Nível de atividade industrial

Após ter mostrado um crescimento nos meses de março a agosto, o índice de produção física na indústria geral mostrou resultados negativos nos meses de setembro (-0,24%) e outubro (-0,36%), em relação ao mês anterior na série com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, os resultados ainda vêm sendo positivos; porém, cada vez menores: julho, 10,57%; agosto, 13,37%; setembro, 7,44%; e outubro, 2,71%. Os dados acumulados ainda não indicam esse desaquecimento da produção física, uma vez que os dados de julho (8,64%), agosto (9,27%), setembro (9,04%) e outubro (8,32%) ainda estão positivos – e de certa forma estáveis.

Essa taxa de crescimento dos indicadores acumulados vem aumentando desde janeiro de 2004. A evolução favorável da produção industrial acumulada até outubro de 2004 também apresenta um perfil generalizado, apresentando crescimento em quase todas as categorias de uso e atividades da indústria de transformação pesquisadas. No que se refere às atividades, há destaque para o crescimento mais alavancado nos setores de máquinas para escritório e equipamentos de informática (39,9%); veículos automotores (30,2%); fumo (22,0%); de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação (18,7%); e máquinas e equipamentos (17,7%). O setor que apresentou desempenho negativo foi o de edição, impressão e reprodução de gravações, que apresentou uma queda de 1,1%. O setor de vestuários e acessórios, que vinha apresentando um desempenho negativo até o mês de julho, conseguiu reverter essa situação em agosto e apresentou, em outubro, modesto crescimento de 0,6%, quando comparado com o mesmo período acumulado do ano anterior. O setor de calçados e artigos de couro, que também estava apresentando números negativos até agosto, apresentou crescimento no mês de outubro (0,9%).

Em geral, melhores resultados no nível de atividade da indústria em 2004 vêm sendo apresentados em setores mais voltados às exportações ou relativos às atividades mais vinculadas ao crédito. Isso se deve à continuidade do bom desempenho das exportações brasileiras no ano e à melhora nas condições de crédito decorrentes da queda nas taxas de juros iniciada em 2003, devendo-se destacar que o aumento recente dessas taxas ainda não influenciou a produção. Nesse âmbito, destaque-se a aceleração nas taxas de crescimento da produção física em bens de capital e bens de consumo duráveis, que acumularam crescimento em outubro, respectivamente, de 21,8% e 22,6% em relação ao mesmo período de 2003. Contrariamente, setores mais dependentes do mercado interno e da evolução da renda têm mantido desempenho inferior. Entretanto, parece haver maior dinamismo da demanda interna no ímpeto de impulsionar a economia.

GRÁFICO 1
Índice de produção física na indústria geral
 (Média 1991=100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.2 Emprego e folha de pagamento

Os índices de ocupação em 2004 passam a superar os do ano anterior, evidenciando um cenário preliminar de contratações de trabalhadores (alta de 1,1% nos nove primeiros meses de 2004 em comparação a igual período de 2003). Contribuindo para essa elevação, uma vez que absorve a maioria dos empregos gerados na indústria geral, observa-se que a indústria de transformação passou a atingir níveis positivos a partir do mês de junho, levando o índice acumulado do mês de setembro para 1,01%. A indústria extrativa mineral continua confirmando sua tendência de alta observada desde o início do ano, chegando a um crescimento acumulado de 4,4% até setembro. Em relação à indústria de transformação, os gêneros com melhor desempenho na ocupação acumulada até agosto de 2004, em comparação com o mesmo período de 2003, foram: fumo (crescimento de 26,3%), máquinas e equipamentos (13,7%), coque e refino de petróleo (8,1%) e metalurgia básica (6,4%). As maiores quedas ficaram por conta da indústria de vestuário (queda de 9,5%), minerais não-metálicos (3,9%), papel e gráfica (5,8%) e têxtil (1,1%).

Após registrar uma leve melhora na geração de empregos na indústria geral nos três primeiros meses de 2004 e relativa estabilidade em abril, o índice de ocupação da indústria geral atingiu crescimento em maio e junho deste ano (1,6% e 0,6% respectivamente), apresentou leve queda no mês de julho (0,4%) na comparação com o mês anterior, crescimento em agosto (0,9%), e outro maior ainda em setembro (1,2%). Além disso, a ocupação na indústria geral em setembro de 2004 continuou apresentando resultado positivo em relação a igual mês de 2003 (crescimento de 3,5%), resultado que vem sendo positivo desde março deste ano.

Acompanhando o desempenho do nível de produção física e do nível de ocupação, o índice de número de horas pagas por trabalhador na indústria alcançou patamares superiores aos observados no mesmo período de 2003. De fato, nos primeiros dez meses de 2004, o número de horas pagas na indústria geral cresceu 0,34% quando

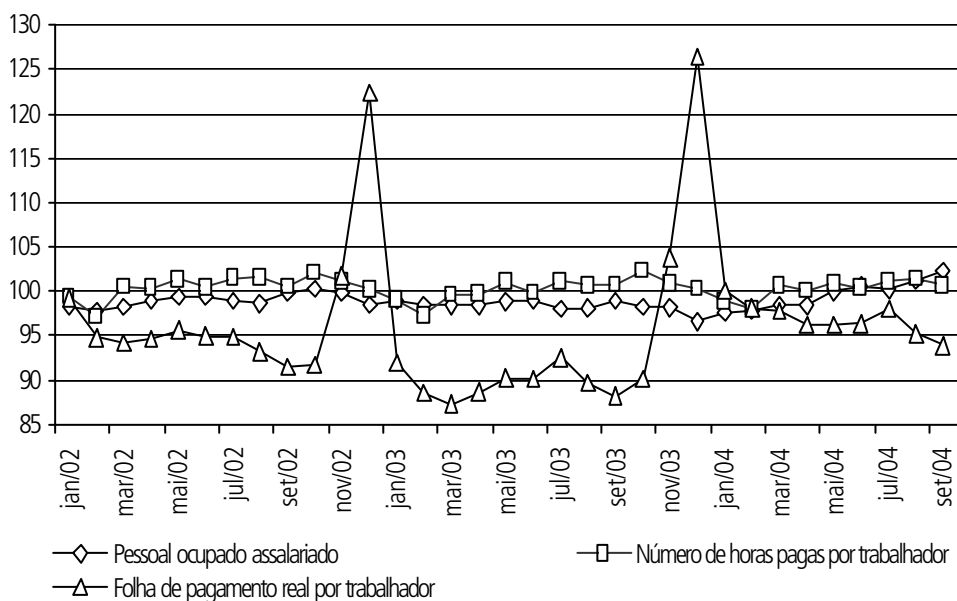
comparado ao mesmo período de 2003. Entretanto, ao observar as taxas acumuladas em relação ao acumulado do período do ano anterior, é possível perceber certa estabilidade para os meses de junho a setembro, em que os percentuais foram, respectivamente, 0,41%, 0,35%, 0,39% e 0,34%. Essa manutenção no índice de quantidade de horas pagas aos trabalhadores, combinada com o aumento da produção física no país, confirma ainda mais a perspectiva de que o ajuste do mercado de trabalho ao movimento recente de alta na produção ocorra não mais apenas por intermédio de um incremento da intensidade do trabalho, mas também com base em geração de novos postos de trabalho.

A tendência mais clara entre os indicadores de mercado de trabalho industrial em 2004 refere-se à melhora na remuneração real dos trabalhadores. Esse resultado é fortemente influenciado pela fraca base de comparação do indicador, uma vez que a inflação no início de 2004 foi bem inferior à do início de 2003 (período marcado por taxas de juros e de câmbio mais elevadas). Pode parecer também resultado de uma melhora nos indicadores de remuneração nominal ocorrida no início de 2004, provavelmente provocada por reajustes salariais no período. De fato, verifica-se forte incremento no índice de folha de pagamento real por trabalhador na indústria, que no acumulado dos nove primeiros meses de 2004 cresceu 8,02% em relação ao mesmo período de 2003, em função do incremento de 11,56% observado na indústria extrativa mineral e de 7,84% na indústria de transformação. Essa melhora também foi generalizada, tendo se estendido por 15 dos 17 gêneros da indústria de transformação. Destacam-se os aumentos nos setores de máquinas e equipamentos (16,3%), papel e gráfica (10,2%), fabricação de outros produtos da indústria de transformação (9,0%), vestuário (7,0%), madeira (6,0%) e metalurgia básica (5,9%). Os únicos setores que registraram queda foram a indústria têxtil, com redução de 2,3%, e a indústria do fumo, com redução de 5,9%.

GRÁFICO 2

Índices de desempenho – mercado de trabalho na indústria geral

(Sem ajuste sazonal – janeiro 2001 = 100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3 Investimento e financiamento

O ingresso de investimentos estrangeiros diretos alcançou o montante de US\$ 15,67 bilhões nos dez primeiros meses de 2004, registrando expressivo crescimento de 71,1% diante do montante acumulado no mesmo período de 2003. Grande parcela desse crescimento deve-se ao fato de os investimentos do mês de agosto terem alcançado US\$ 6,96 bilhões, aumento de quase dez vezes em relação a igual mês do ano anterior. Comparando os montantes acumulados de investimento na indústria até o mês de outubro, o crescimento no ano de 2004 foi de 150,1%, alcançando US\$ 8,83 bilhões. Outro indicativo favorável é o aumento da participação da indústria sobre o total de investimentos estrangeiros diretos, que no fim do primeiro semestre foi de 35,6%, aumentando para 57,6% em agosto, e mantendo-se estável em setembro (57%) e outubro (56,4%). Comparando-se com igual período acumulado de 2003, a variação positiva observada foi de 46,2%.

Com respeito a valores acumulados até o mês de outubro, os setores com maior participação no ingresso de investimentos estrangeiros diretos destinados à indústria foram, em ordem decrescente: indústria de produtos alimentícios e bebidas, abrangendo 59,0% (US\$ 5,2 bilhões) do total investido; indústria de fabricação e montagem de veículos automotores, com 8,7% (US\$ 765 milhões); indústria de metalurgia básica, com participação de 8,1% (US\$ 719 milhões); indústria de outros equipamentos de transporte, com participação de 4,6% (US\$ 408 milhões); e a indústria de produtos químicos, com participação de 4,2% (US\$ 369 milhões).

Dentre os setores industriais que mais absorvem recursos, vale destacar o desempenho mais robusto dos investimentos na indústria de alimentos e bebidas; na de outros equipamentos de transporte; na de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e na indústria química. A primeira mencionada elevou sua participação relativa no total de investimentos destinados à indústria de 8,4% nos primeiros dez meses de 2003 para 59,0% no mesmo período de 2004, ao passo que o ingresso de investimentos aumentou de US\$ 296 milhões para US\$ 5,2 bilhões. A segunda indústria citada, apesar de ter diminuído a sua participação relativa em cerca de 53%, apresentou um crescimento no total de ingressos, os quais passaram de US\$ 350 milhões nos primeiros dez meses de 2003 para US\$ 408 milhões no mesmo período de 2004. O setor industrial de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que também registrou queda na participação (40%), teve aumento significativo nos investimentos ingressados, saindo de US\$ 155 milhões em 2003, para US\$ 231 milhões em 2004. Por fim, a indústria química, que havia recebido US\$ 27 milhões nos dez primeiros meses de 2003, apresentou aumento significativo nesse montante, registrando US\$ 369 milhões em investimentos no mesmo período em 2004. Sua participação, que era de 0,8% no ano de 2003, passou a ser de 4,2% em 2004, colocando o setor químico como um dos setores de maior captação de investimentos na indústria.

O destaque negativo entre as atividades da indústria que mais captam investimentos estrangeiros diretos ficou por conta do setor de máquinas e equipamentos, da indústria de celulose, papel e produtos de papel e do setor de material eletrônico e equipamentos de comunicação. Os investimentos em máquinas e equipamentos, que em 2003 representavam uma participação de 6% (US\$ 211 milhões em investimentos obtidos), alcançaram um valor menor em 2004 (US\$ 195 milhões), diminuindo bastante a sua participação (2,2%). O setor de celulose, papel e produtos de papel,

que nos dez primeiros meses de 2003 tinha participação de 6,6% (US\$ 233 milhões), no mesmo período de 2004 obteve participação de 1,8%, com os investimentos somando apenas US\$ 162 milhões. A indústria de material eletrônico e equipamentos de comunicação, além de perder participação no setor industrial no mesmo período (de 9,2% em 2003 para 1,6% em 2004), mostrou uma queda de 56,5% no valor ingressado de investimentos, considerando que no período acumulado de 2003 os investimentos foram de US\$ 324 milhões, caindo para US\$ 141 milhões nos mesmos meses deste ano.

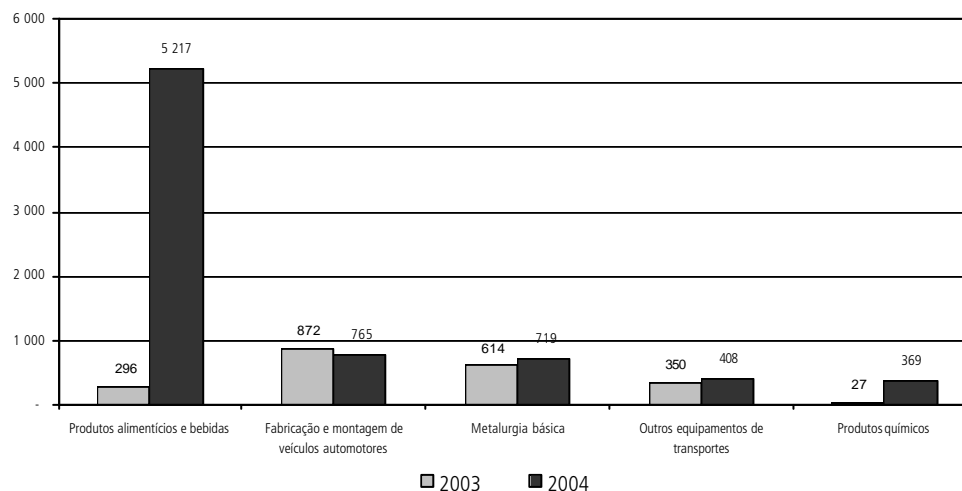
Os desembolsos totais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acumularam a cifra de R\$ 29,9 bilhões até outubro, o que indica um desempenho 45% superior ao do mesmo período de 2003. O aumento expressivo dos desembolsos do BNDES deve-se em grande parte ao crescimento das liberações para a indústria, as quais atingiram R\$ 11,3 bilhões nos primeiros dez meses de 2004, desempenho 26% superior ao registrado em idêntico período de 2003. A indústria absorveu 38% do total desembolsado pelo BNDES nesses meses, sendo seguida pelas áreas de infra-estrutura, que teve participação de 37%; agropecuária, com 19%; comércio e serviços, com 5%; e educação e saúde, com 1%.

Entre os segmentos industriais, o de material de transporte (aeronaves, embarcações, equipamentos ferroviários e veículos automotores) foi o que mais recebeu recursos até setembro deste ano, atingindo R\$ 5,6 bilhões, com crescimento de 39% em relação a igual período de 2003. Destacam-se ainda os desembolsos destinados à agro-indústria, que totalizaram R\$ 1,6 bilhões, desempenho 36% maior que o dos dez primeiros meses do ano passado; à indústria mecânica, que totalizaram R\$ 708 milhões, tendo crescido 60% em relação ao mesmo período do ano passado; e à indústria de papel e celulose, que alcançaram a cifra de R\$ 726 milhões, representando crescimento de 99%. Os destaques negativos foram os desembolsos para a indústria de metalurgia (R\$ 891 milhões), a indústria química e petroquímica (R\$ 510 milhões) e a indústria têxtil (R\$ 171 milhões), que apresentaram queda de 6%, 25% e 29%, respectivamente, em relação ao total desembolsado nos dez primeiros meses do ano passado.

GRÁFICO 3

Ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) nos cinco setores de maior captação nos seis primeiros meses dos anos de 2003 e 2004

(US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen).

1.4 Desempenho externo

A balança comercial em 2004 vem mantendo a tendência superavitária de 2003, apesar da recente retomada do crescimento das importações. A economia tem mantido forte aumento do ímpeto exportador na produção doméstica, com elevadas taxas de crescimento das vendas externas, garantindo a geração de superávits comerciais, mesmo com o aumento das importações decorrente do aumento da atividade interna. As exportações acumuladas até outubro de 2004 somaram US\$ 79,12 bilhões e as importações, US\$ 51,00 bilhões, o que resultou em superávit de US\$ 28,12 bilhões. Comparando esses valores com os do ano de 2003, o crescimento das exportações foi de 31,1%, o das importações foi de 27,4% e o do saldo foi de 38,3%.

O bom desempenho das exportações em média diária nesse ano deveu-se às vendas recordes das três categorias de produtos. A principal categoria, que responde por 53,8% da pauta, foi a de produtos manufaturados, com exportações alcançando o valor de US\$ 42,58 bilhões, seguida de básicos, com US\$ 24,36 bilhões, e semimanufaturados, com US\$ 10,92 bilhões. Sobre o mesmo período de 2003, as exportações dos produtos básicos cresceram 37,3%; dos manufaturados, 33,1%; e dos semimanufaturados, 21,7%. Quanto às importações, em 2004, observa-se aumento de 28,6%, na comparação com os dez meses de 2003 pela média diária. O melhor desempenho das importações deve-se ao crescimento do consumo de todas as categorias de produtos: combustíveis e lubrificantes (49,2%), matérias-primas e intermediários (29,9%), bens de consumo (21,8%, sendo 29,4% em bens duráveis e 15,8% em não-duráveis) e bens de capital (15,4%). No que se refere a combustíveis e lubrificantes, o aumento das importações decorreu da elevação do volume importado e dos preços internacionais do petróleo. Esse aumento generalizado reflete o maior aquecimento da economia interna, sobretudo da atividade industrial, ao longo do ano.

No que tange ao *quantum* exportado acumulado de janeiro a outubro de 2004, registra-se crescimento nas exportações de 17,4% em relação ao igual período de 2003. Para tanto, foram determinantes os incrementos no *quantum* exportado em todas as categorias, com destaque para o melhor desempenho em bens de capital (53,88%) e bens de consumo duráveis (33,37%), seguidos por bens de consumo não-duráveis (16,22%), bens intermediários (11,71%) e combustíveis (6,79%), sendo que este apresentou uma alta mais moderada. O *quantum* de importações até outubro de 2004 também revelou considerável aumento em relação ao mesmo período de 2003 (17,4%), mantendo a tendência de alta reiniciada no início deste ano. Tal resultado deve-se ao incremento de 22,5% em importações de bens de consumo duráveis, 8,8% em bens de consumo não-duráveis, 21,1% em bens intermediários e 15,7% no *quantum* importado de combustíveis. Além disso, contribuiu também o indicador de *quantum* importado de bens de capital, que vem sendo positivo desde abril, indicando em outubro um aumento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os produtos de maior participação na pauta e que obtiveram os melhores desempenhos de janeiro a outubro, merecem destaque as exportações de: soja em grão, que atingiu a cifra de US\$ 5,18 bilhões, crescimento de 27,2% perante o mesmo período de 2003 pelo critério de média diária; minério de ferro, com exportações de US\$ 3,89 bilhões e crescimento de 30,9%; farelo de soja, com cifra de US\$ 2,91 bilhões e crescimento de 37,4%; petróleo em bruto, com cifra de US\$ 2,11 bilhões e

crescimento de 26,0%; carne de frango, com exportações de US\$ 2,06 bilhões e crescimento de 48,7%; carne bovina, com exportações de US\$ 1,62 bilhões e crescimento de 78,3%; e café cru em grão, cujas exportações alcançaram a cifra de US\$ 1,36 bilhão nos primeiros dez meses de 2004 e, na comparação com o mesmo período de 2003, registraram crescimento de 29,1%.

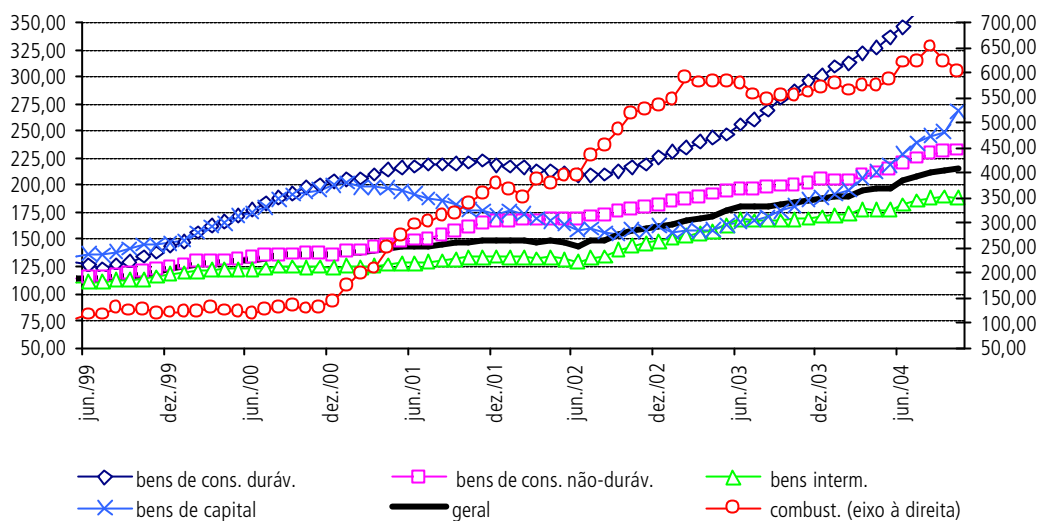
A ordem dos principais mercados compradores do Brasil em 2004 permanece igual ao observado no fim de 2003. Os Estados Unidos permanecem em primeiro lugar com compras totais entre janeiro e outubro de 2004 de US\$ 16,3 bilhões, sendo 16,8% superiores às registradas em igual período de 2003, porém registrando uma queda de participação relativa na pauta de exportações totais, que era de 23,2% nos primeiros dez meses de 2003 e passou a 20,6% no mesmo período de 2004. Em seguida, vem a Argentina, com US\$ 6,0 bilhões, registrando crescimento intensivo de 66,5% e também aumento de participação (de 6,0% em 2003 para 7,6% em 2004). A China segue essa mesma tendência, com compras de US\$ 4,7 bilhões e expressiva alta de 20,4% ante mesmo período do ano anterior, porém, com manutenção relativa da participação na comparação entre os períodos (6,5% em 2003 e 6,0% em 2004). O quarto maior mercado de exportação no primeiro semestre de 2004 foram os Países Baixos (Holanda), com a cifra de US\$ 4,7 bilhões (crescimento de 32,7% sobre os valores de 2003) e mantendo quase o mesmo percentual de participação (5,9% em 2003 contra 6,0% em 2004). Finalmente, o quinto mercado de produtos brasileiros concentrou-se na Alemanha, que registrou compras de US\$ 3,4 bilhões (alta de 27,13% ante o primeiro semestre de 2003) e manteve participação relativa na pauta total de exportações estável (4,4% em 2003 contra 4,3% em 2004).

Em geral, o comportamento das vendas para os principais mercados de exportações brasileiras revela uma tendência de alta expressiva do valor embarcado para todos os países, porém sem igual correspondência, ou até mesmo queda, no que tange ao aumento de sua participação relativa na pauta total de exportações. Esse movimento revela a manutenção de um processo de diversificação em que prevalece a ampliação dos mercados de destino das exportações e sua descentralização quanto aos seus mercados mais tradicionais. Também merece destaque a tendência de diversificação da pauta de produtos, principalmente para crescimento das vendas de mercadorias manufaturadas. De fato, os manufaturados registraram crescimento em suas vendas externas na ordem de 33,1%, com os produtos manufaturados mais expressivos da pauta de exportações mantendo um desempenho dinâmico, o que fica claro ao se analisar o crescimento das exportações nos primeiros dez meses de 2004 diante do mesmo período de 2003 de alguns setores: álcool etílico (243,5%); tratores (107,3%); máquinas e aparelhos para terraplanagem (107,0%); aviões (83,0%); obras de marcenaria e carpintaria (81,0%); refrigeradores e congeladores (64,0%); veículos de carga (71,5%); máquinas e aparelhos para uso agrícola (64,5%); óxidos e hidróxidos de alumínio (69,8%); madeira compensada (64,0%); açúcar refinado (49,5%); móveis e partes (45,4%); laminados planos de ferro e aço (42,9%); e tubos de ferro fundido (40,9%).

GRÁFICO 4

Índice de quantum exportado por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 =100)

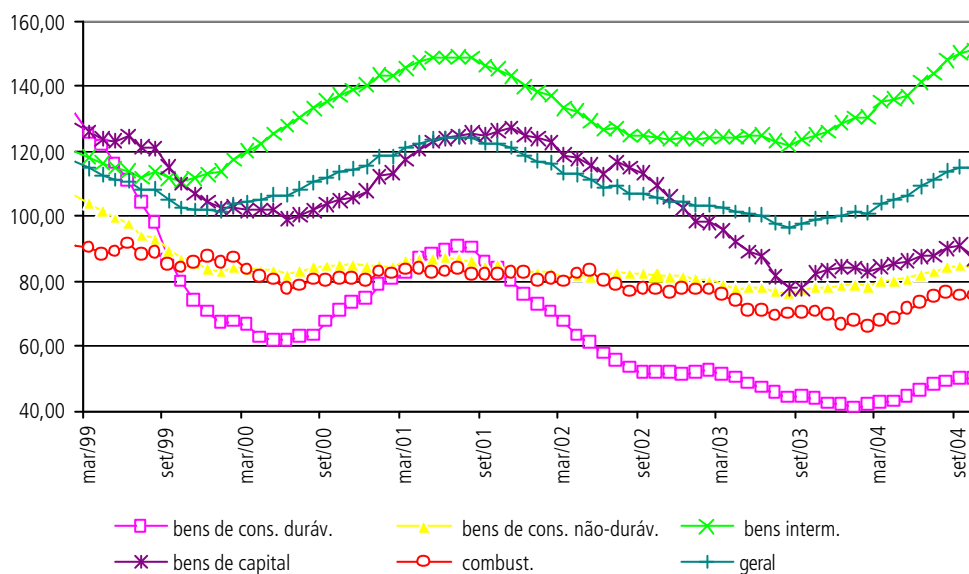


Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

GRÁFICO 5

Índice de quantum importado por categorias de uso

(Média móvel últimos 12 meses – média 1996 =100)



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

1.5 Comportamento dos preços

Após uma pequena desaceleração em setembro, o mês de outubro apontou a volta da aceleração do nível dos preços de produtos industriais, ritmo que já vinha sendo observado nos meses de junho a agosto. Em relação ao mês anterior, o Índice de Preços por Atacado – Oferta Global (IPA-OG), para os produtos do Grupo II (produtos industriais), após registrar em julho crescimento de 1,76%, em agosto um crescimento ainda maior de 1,98%, e uma pequena desaceleração em setembro

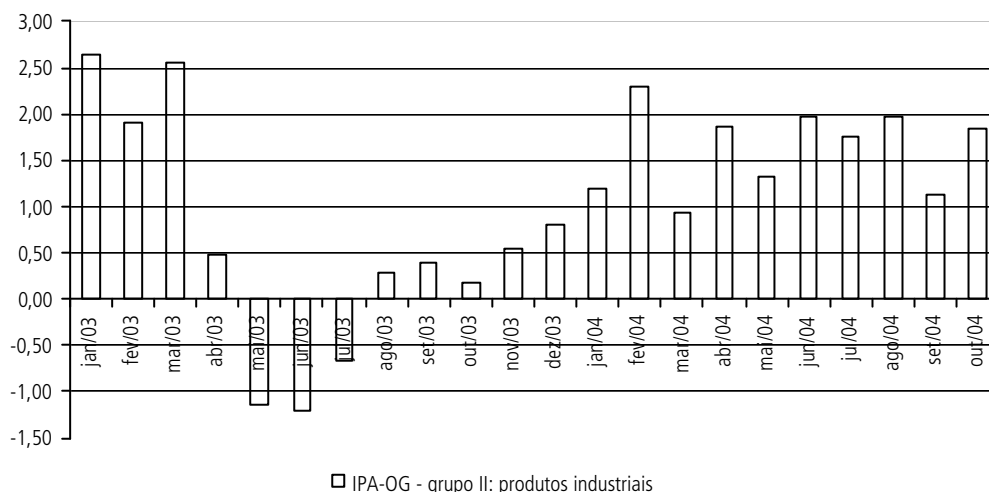
(1,13%), volta a apresentar crescimento de 1,83% no mês de outubro. A manutenção de alta dos preços industriais no ano parece ainda fortemente influenciada pelas elevadas cotações internacionais de algumas *commodities* específicas impulsionadas pela maior demanda internacional. Essa alta nos preços é mais bem percebida com a observação do crescimento acumulado em relação ao mesmo período do ano anterior, que vem apresentando índices cada vez maiores: 7,86% foi o crescimento acumulado em julho, 8,91% em agosto, 9,83% em setembro e 10,75% em outubro.

A causa da desaceleração da inflação industrial em setembro, que pôde ser associada à diminuição do crescimento dos preços nos setores de metalurgia e siderurgia, foi contornada no mês de outubro. Os preços da indústria metalúrgica, que cresceram 3,82% em julho e 6,87% em agosto, indicaram em setembro certo arrefecimento (2,66%) e voltaram a crescer em outubro, atingindo 6,50%. O mesmo fato aconteceu com a indústria siderúrgica, que saiu de 4,75% em julho e 7,97% em agosto, para 2,88% no mês setembro, voltando para 7,38% em outubro. Entretanto, alguns setores do complexo químico que apresentaram significativo crescimento em setembro, como foi o caso das matérias plásticas (8,61%) e de perfumaria e sabões (4,26%), indicaram uma trajetória de desaceleração no mês de outubro, marcando 2,93% e 3,97% respectivamente.

GRÁFICO 6

Crescimento percentual do IPA-OG para produtos industriais

(Em relação ao mês anterior)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1.6 Conclusão

O último quadrimestre de 2004 foi marcado pela elevação dos juros básico tanto dos Estados Unidos da América (EUA) quanto do Brasil. Entretanto, o crescimento dos EUA não tem apresentado sinais inequívocos de desaceleração. No Brasil, o crescimento mensal da indústria de transformação com ajuste sazonal tem apresentado certo arrefecimento nos últimos meses. O desempenho das cadeias produtivas industriais, segundo os dados disponíveis, continua a apresentar desempenho homogêneo e equilibrado, sem sinais inequívocos de desaceleração. Algumas cadeias produtivas que vinham demorando a apresentar crescimento homogêneo, como as ligadas à construção civil e ao complexo têxtil, passaram a apresentar desempenhos positivos, com destaque para a construção civil.

Dois aspectos prospectivos podem ser ressaltados. Primeiramente, parece razoável esperar que o crescimento da indústria brasileira tenda progressivamente a ser mais influenciado pelo comportamento do emprego e da massa salarial, e menos pelo da expansão do crédito. Em segundo lugar, o aumento da capacidade instalada na indústria, importante para o controle inflacionário (apesar de não ser o único aspecto), ainda não tem mostrado sinais inequívocos de aumento de investimentos, principalmente em bens de capital por encomenda. De fato, a absorção de bens de capital em 2004 tem crescido de forma evidente quando comparada a 2003, embora tal ano represente uma base de comparação relativamente fraca.

Se for considerado o ano de 2004 como um todo, percebe-se que a indústria brasileira caminha para um forte crescimento, cuja sustentação tende a ser razoavelmente otimista, pois dois problemas cruciais (a restrição externa e as contas públicas) vêm apresentando desempenho favorável.

Com base nessas considerações, espera-se crescimento do PIB da indústria brasileira, para 2004, em torno de 7,8%.

2 MEDIDAS DE POLÍTICA

2.1 Medidas da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Consideradas as diretrizes e as orientações estratégicas da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), nos últimos meses foram tomadas várias medidas de política relevantes no âmbito do governo federal.¹

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 2 de dezembro a lei nº 3.476/2004, a chamada lei de inovação. Trata-se de instrumento legal para regulamentar e facilitar a relação entre empresas e universidades e institutos públicos de pesquisa. A partir da sanção da lei, o executivo terá 120 dias para enviar projeto de lei revisando os incentivos para inovação nas empresas.

Entre as principais modificações, a lei permite ao pesquisador/professor criador de uma invenção protegida o direito à participação nos ganhos econômicos advindos de seu licenciamento ou exploração. Existe, ainda, a possibilidade do afastamento dos pesquisadores para constituir empresas voltadas à inovação. Até então, a participação de pesquisadores na gerência ou administração de empresa privada era proibida, o que inibia a geração de empresas de base tecnológica, capazes de transformar em resultados econômicos as pesquisas desenvolvidas nas universidades. A participação das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) nos ganhos econômicos advindos de parcerias com a iniciativa privada está regulamentada entre cinco por cento e um terço. Com o objetivo de estimular as empresas a implantar centros de pesquisa no país, a lei não distingue as parcerias por origem do capital.

Do ponto de vista financeiro, a lei permite à União a subvenção econômica, além do financiamento e da participação societária, como instrumento de fomento à inovação

1. Algumas destas medidas de política estão detalhadas em outras seções deste periódico.

nas empresas. Haverá destinação de percentual mínimo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para o apoio financeiro à inovação.

A lei é de fundamental importância para a Pitce, visto que a inovação é um dos pilares desta política e uma das principais deficiências do setor produtivo. Há várias leis que tratam do assunto, mas sem muita eficácia, posto que dois terços das empresas industriais brasileiras não realizaram nenhuma inovação entre 1998 e 2000 (dados da Pintec/IBGE) e que apenas 4,1% das empresas industriais lançaram produto novo para o mercado brasileiro (o produto pode já ter sido lançado em outro mercado).

Ainda no espectro institucional, o projeto de lei nº 48/2004, que institui a Agência Brasileira e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, foi aprovado na Câmara e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e sua votação estava prevista para o início de dezembro. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial será o organismo executor da Pitce, enquanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, ligado à Câmara de Política Econômica, será responsável pelas diretrizes e estratégias da política.

Em relação aos investimentos, o governo federal tomou duas medidas em setembro em direção à desoneração destes: a redução do prazo para devolução do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre máquinas e equipamentos, que de 48 passou a ser de 24 meses e a depreciação acelerada, que de dez passou a ser de cinco anos. Tais medidas valem apenas para os investimentos em máquinas e equipamentos, excetuando-se as obras, e vigoram até 31/12/2005.

Segundo estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o impacto das medidas sobre o custo de aquisição de máquinas e equipamentos será em torno de 8%. Essas medidas somam-se a outras, como a redução da alíquota do IPI e o deferimento de seu recolhimento, além da isenção de imposto de importação para um conjunto de máquinas e equipamentos não fabricados no Brasil.

Como braço financeiro da Pitce, o BNDES colocou em operação tanto o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), com R\$ 2,5 bilhões para financiamento de máquinas e equipamentos – quanto o Fundo Tecnológico (Funtec), já com duas operações. O Funtec é um instrumento criado para suprir a lacuna de apoio à inovação para a grande empresa, atuando na redução do risco, uma vez que incentivos de redução de custo da inovação (redução de imposto de renda e assemelhados) só têm serventia quando a empresa realiza inovação e ganha com ela, auferindo renda tributável. Por sua vez, a redução de risco é decisiva para que as empresas se lancem no processo inovativo.

O Funtec apresenta as modalidades reembolsável, não-reembolsável e participação acionária, e serve tanto às empresas brasileiras quanto às instituições tecnológicas, que são pessoas jurídicas que tenham por missão institucional, entre outras, executar a pesquisa básica ou aplicada de caráter tecnológico. O fundo conta com um patrimônio inicial de R\$ 180 milhões.

Os itens apoiáveis são a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sua aquisição externa, aquisição de outros conhecimentos externos, aquisição de máquinas e equipamentos necessários à inovação, treinamento, introdução de inovações tecnológicas no

mercado e projeto industrial e outras preparações técnicas. As condições de financiamento são negociadas caso a caso.

Considerando a importância estratégica do tema, principalmente na área de fármacos – um dos setores enfatizados pela Pitce – foi instalado dia 14 de setembro o Fórum de Competitividade de Biotecnologia pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência e Tecnologia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foram constituídos seis grupos de trabalho, com seus respectivos coordenadores: a) Recursos Humanos e Infra-estrutura (Cylon Gonçalves da Silva); b) Investimento (Alluysio Asti); c) Marcos Regulatórios (Roberto Jaguaribe); d) Biotecnologia Agropecuária (Américo Craveiro e Marco Carneiro); e) Biotecnologia Humana (Guilherme Emrich e Reinaldo Guimarães); e f) Biotecnologia Industrial e outras aplicações (Kurt Politzer). No dia 13 de dezembro de 2004, ocorrerá plenária do Fórum.

A biotecnologia é um negócio que cresce a cada dia. Segundo a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), as vendas de biofarmacêuticos já representam 10% do mercado farmacêutico total.

No tocante à promoção de exportações, a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações), que atua sob contrato de gestão com o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), está organizando em parceria com a iniciativa privada a construção de oito centros de distribuição no exterior. O de Miami (EUA) deve operar já em 2005. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) também articula centro de distribuição nos Estados Unidos. Essas medidas são fundamentais para melhorar a qualidade da inserção internacional do país. Os centros constituem espaço adequado para armazenagem dos produtos, *show-room* e escritório administrativo e comercial por um período de 12 a 18 meses para a consolidação da posição dos produtos no mercado.

Vale notar que o documento de Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (disponível em: www.desenvolvimento.gov.br ou www.ipea.gov.br) aponta que é preciso incentivar o desenvolvimento de funções não fabris nas empresas, tais como a logística e a distribuição, decisivas para a disputa em mercados como o estadunidense e o europeu.

No âmbito da vertente tecnológica da Pitce, foram lançados diversos editais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) envolvendo áreas como formação de recursos humanos para microeletrônica, nanotecnologia e outros. Os editais iniciais de nanotecnologia, por exemplo, envolvem a ação de empresas e de centros de pesquisa, procurando incentivar a criação de produtos.

2.2 Ciência e tecnologia

Medida provisória dos transgênicos. A Medida Provisória (MP) nº 223, de 14 de outubro de 2004, liberou o plantio e a comercialização da soja transgênica da safra de 2004/2005 no Brasil. De acordo com o texto da MP, ficam liberados o plantio e a venda da soja geneticamente modificada para a safra que começa a ser plantada agora. A comercialização da soja, por sua vez, fica restrita até 31 de janeiro de 2006, podendo esse prazo ser prorrogado por mais sessenta dias. A MP proíbe, no entanto, o plantio e a venda de sementes relativas aos grãos transgênicos da safra 2004/2005.

Os produtores interessados em plantar o grão somente poderão fazê-lo mediante assinatura de um termo de ajustamento de conduta, que deverá ser entregue até 31 de dezembro deste ano. Sem a assinatura do termo, o produtor fica impedido de ter acesso a empréstimos e financiamentos bancários. O governo resolveu editar a MP por considerar que o Congresso Nacional não aprovaria o Projeto de Lei de Biossegurança a tempo para o plantio da nova safra.

2.3 Comércio exterior

Desburocratização nos procedimentos do *Drawback*. Foram publicadas em 22 de novembro de 2004 as Portarias nº 14 e nº 15 da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) com novas regras para o *drawback*, regime pelo qual as empresas têm isenção de impostos ao importar insumos para a produção de bens que serão exportados. As principais medidas adotadas para desburocratizar o sistema foram: aumento do prazo para comprovação da exportação de 30 para 60 dias; utilização da taxa de câmbio do dia anterior ao da operação; empresas consideradas entreposto industrial passam a ser beneficiadas; em fusões e aquisições, a empresa compradora passa a deter os benefícios das empresas adquiridas; e fim da necessidade de o Decex examinar mercadorias importadas que serão destruídas, o que ficou a cargo somente da Receita Federal. Essas medidas simplificarão e modernizarão o sistema, e acredita-se, assim, que o tempo gasto com a burocracia possa ser reduzido quase à metade.

Ampliação dos produtos com redução do IPI no setor de bens de capital. Apesar de o Decreto nº 4.155 de 15 de janeiro de 2004 ter reduzido para 3,5% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para diversos bens de capital, alguns equipamentos para o uso industrial e a atividade agrícola ficaram de fora dessa primeira redução. Foi o caso de alguns produtos das indústrias de construção civil, mineração, metalurgia, agricultura, química, papel e celulose, entre outras. O governo decidiu ampliar a lista, atendendo a reivindicações de diversos setores da indústria nacional. Ao mesmo tempo, reduziu de 3,5% para 2% o IPI dos produtos já constantes no decreto de janeiro deste ano, justamente com alguns outros produtos que foram adicionados à lista. Essa decisão foi uma antecipação e uma ampliação da redução de 3,5% para 2,5% do IPI sobre uma lista de bens de capital, que pelo programa original estava prevista para ocorrer somente em 2005.

Acordo aumenta cota mensal de geladeiras vendidas para Argentina. O setor privado brasileiro fechou um acordo que amplia a quantidade de refrigeradores que poderão entrar na Argentina no ano que vem. Segundo acertado, a cota mensal passa das 18.610 unidades atuais para 26.354, garantindo ao Brasil 50% desse mercado do país vizinho. O acordo tem validade até o mês de dezembro de 2005. O lado argentino também se compromete a não solicitar medidas adicionais de proteção durante a vigência do acordo. Calcula-se que a produção argentina deva ocupar 47% das vendas nacionais, deixando 3% reservados para outros países. Uma outra cláusula do contrato prevê que, caso a participação de terceiros países supere os 3% acordados, o Brasil poderá ampliar suas exportações em igual número de unidades. Além disso, os termos do acordo serão revisados em julho, podendo resultar em alterações da cota caso o tamanho do mercado se altere, ou haja algum desvio de comércio. O governo argentino também se compromete a monitorar o ingresso de produtos de terceiros países.

2.4 Defesa da concorrência

Ambev é obrigada a vender isotônico Marathon. Apesar de nem todos os conselheiros terem votado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu por maioria que a AmBev terá de se desfazer da marca caso queira explorar a marca Gatorade, pertencente à Pepsi. Segundo o acordo com a Pepsi para a distribuição do Gatorade, fechado no fim de 2001, a AmBev passaria a deter mais de 94% desse mercado, caracterizando uma concentração desfavorável à concorrência, segundo o entendimento do conselho. Os conselheiros decidiram que o futuro comprador do Marathon não pode ter ligação com a AmBev nem com a Pepsi, assim como não poderá tirar a marca do mercado. A AmBev informa que não fará um leilão público para a venda da marca, mas analisará as eventuais ofertas que surgirem.

Decisão do Cade mantém venda da Garoto pela Nestlé. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negou, por três votos a dois, o pedido de reapreciação do processo de compra feito pela Nestlé. A sessão manteve a decisão de fevereiro, quando o Cade determinou que a multinacional suíça vendesse a Garoto para evitar alta concentração de mercado. Segundo o conselho, as duas juntas têm mais da metade do mercado total de chocolates. Quando a compra foi reprovada no início do ano, as empresas recorreram propondo abrir mão de 10% de sua participação no setor de chocolates sob todas as formas e de 20% no setor de coberturas líquidas. Porém, a maioria dos integrantes do Cade entendeu, com essa decisão, que a proposta não era suficiente para evitar uma alta concentração no mercado de chocolates.

Cade reduz multa por formação de cartel a ser paga por Varig, TAM, Vasp e Transbrasil. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) encerrou o julgamento de um processo contra as companhias aéreas Varig, TAM, Vasp e Transbrasil (que não está mais operando) por formação de cartel. O Cade confirmou a condenação das quatro empresas por combinação de preços na ponte aérea Rio–São Paulo em 1999, mas fez uma alteração na multa. Em vez de pagarem 1% sobre o faturamento total, as empresas terão que pagar 1% sobre o faturamento na ponte aérea naquele ano. O processo foi instaurado em 1999, depois que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) apresentou denúncia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Naquele ano, a Varig fez reajuste de 10% na ponte aérea Santos Dumont–Congonhas. Seis dias depois, as demais empresas que atuavam no trecho fizeram aumentos no mesmo percentual. Segundo o conselheiro Roberto Pfeiffer, as companhias aéreas não apresentaram ao Cade motivos plausíveis que justificassem esses aumentos nos preços das passagens.

Cade aprova fusão de bancos. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça desafiou parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) e aprovou uma fusão bancária. O órgão antitruste foi favorável à união de serviços de custódia internacional de títulos entre a Mellon Bank e o ABN AMRO Bank, dono do Real no Brasil. A AGU concluiu, em abril de 2001, que cabe ao Banco Central o julgamento de processos de concentração de mercado entre bancos. O parecer da AGU era seguido pelo último presidente do Cade, João Grandino Rodas. Nesta última votação, a nova presidente do Cade, a economista Elizabeth Farina, foi favorável ao julgamento de bancos pelo órgão antitruste.

2.5 Financiamento e incentivos

Programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O programa destina-se a elevar a produção e a geração de empregos na economia nacional. Os financiamentos serão concedidos a empresas com capacidade ociosa de produção que necessitem de capital de giro. Micro, pequenas, médias e grandes empresas podem ter acesso a esse financiamento, sendo que o prazo total das operações será de 24 meses, 12 de carência e 12 de amortização. A taxa de juros aplicada será composta pelo somatório do custo financeiro (Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP) e da remuneração total (variando entre 3,5% e 11%, de acordo com o porte da empresa, o tipo de operação e o seu desempenho). Com o programa, o BNDES pretende, de maneira ágil, fortalecer a capacidade de geração de emprego e renda, por meio do estímulo à expansão e à modernização dessas empresas.

BNDES destina R\$ 2,5 bilhões para a modernização do parque industrial nacional. A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), com uma dotação orçamentária de R\$ 2,5 bilhões e prazo de vigência de 12 meses. O programa, destinado a financiar máquinas e equipamentos nacionais novos, credenciados no BNDES, tem por objetivo principal oferecer às indústrias instaladas no país condições para promoverem a constante renovação e adequação do parque produtivo nacional. A taxa de juros prefixada efetiva é de até 14,95% a.a., sendo 11% para o BNDES e até 3,95% para o Agente Financeiro, mantendo-se a taxa pactuada até o vencimento da operação. A participação do banco poderá ser de até 90% do valor do bem a ser adquirido. Incluída a carência de até 6 meses, o prazo pode chegar até 60 meses. O sistema de amortização será por amortizações fixas (Tabela Price). A periodicidade será mensal, com juros capitalizados trimestralmente durante a carência. As garantias são as estabelecidas nas normas de financiamento utilizadas no âmbito do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame).

Flexibilizadas as regras do BNDES-Exim para bens de capital. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) flexibilizou as regras de financiamentos das operações de pré-embarque destinadas à exportação de bens de capital para grandes empresas. Os financiamentos de máquinas e equipamentos, que antes eram oferecidos a uma taxa composta por 60% em TJLP e 40% com base em uma cesta de moedas estrangeiras, passam a ter financiamentos de 100% em TJLP. Outra mudança foi o aumento da participação do banco no financiamento do bem, que antes era no máximo de 70%, e agora pode ser financiado integralmente pelo BNDES. Os prazos dos financiamentos não foram alterados. O objetivo dessas mudanças é reduzir custos, tornando os financiamentos de pré-embarque mais competitivos.

Cartão BNDES amplia prazo de financiamento para 18 e 24 meses. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu ampliar as alternativas de prazo de financiamento do Cartão BNDES, acrescentando, à opção já existente de 12 meses as opções de 18 e 24 meses. A iniciativa visa tornar o instrumento ainda mais atraente para as micro, pequenas e médias empresas, que por meio do Cartão podem ter acesso a uma linha de crédito pré-aprovada e de uso automático, de até R\$ 50 mil. Os juros deste cartão, que até outubro eram de 1,44% ao mês, passaram para 1,39% ao mês em novembro.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passa a incluir empresas de construção civil no Modermaq. A Diretoria do BNDES aprovou alterações no Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), passando a considerar entre as empresas beneficiárias também as dedicadas ao ramo da construção civil, incluindo até mesmo as empreiteiras que atuam na construção de estradas, por exemplo. O programa, que visa financiar a aquisição de máquinas e equipamentos para aprimorar as indústrias nacionais e dinamizar o setor de bens de capital, inicialmente contemplava como beneficiárias apenas as empresas enquadradas como indústrias extrativas e indústrias de transformação. A partir de agora, também têm direito ao financiamento as empresas de construção, de qualquer porte, desde que estejam assim enquadradas pelo IBGE na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae – Seção F), à exceção de investimentos destinados a empreendimentos imobiliários, tais como edificação residencial, *time-sharing* (imóveis de uso compartilhado), hotel-residência e loteamento.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprimora as regras do Programa de Microcrédito. A diretoria do BNDES modificou regras do Programa de Microcrédito. Foram feitos ajustes na lista de clientes, no valor do financiamento mínimo, nos prazos, nas garantias, no nível de participação do BNDES e nas condições financeiras. As mudanças visam aprimorar os mecanismos de concessão e controle, para incrementar a atuação do Programa e o impacto na geração de emprego e renda. Com os novos ajustes, os estados poderão propor projetos de microcrédito. A atuação dar-se-á, preferencialmente, por intermédio de instituições de crédito com estrutura para operações financeiras. Os estados e municípios poderão oferecer como garantia ao financiamento reservas de meios de pagamento, receitas oriundas de transferências governamentais ou de cobranças de tributos e outras receitas não-tributárias. Os sindicatos continuarão participando de articulações com agentes sociais para realizar operações do programa; contudo, não mais proporão projetos diretamente. Para cada agente repassador, o BNDES fixou o valor mínimo de R\$ 1 milhão para financiar projetos no âmbito do Programa de Microcrédito e flexibilizou os prazos das operações, que serão estabelecidos de acordo com a análise de cada projeto. Os prazos máximos serão de até oito anos, sendo dois de carência e seis para amortização em parcelas trimestrais, para as instituições repassadoras. Para os tomadores finais, os prazos serão definidos pelo agente repassador, desde que não excedam 24 meses. Para atender à demanda dos microempreendedores de menor poder aquisitivo, a menor faixa de operação teve o valor médio dos créditos ampliado, de até R\$ 1 mil para até R\$ 3 mil. Foram feitos ainda ajustes nas condições financeiras de modo que a taxa de juros média ao tomador final seja mantida em patamar que não ultrapasse 2% ao mês. A faixa operacional intermediária teve seu limite de crédito aumentado de R\$ 5 mil para até R\$ 6 mil. A taxa de juros ao tomador final enquadrado nesta e na faixa superior será mantida em 5% ao mês, enquanto a remuneração do BNDES será reduzida dois pontos percentuais, para TJLP + 6% ao ano, para a faixa entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil. Nas operações na faixa I, o agente repassador deverá aplicar o mínimo de 30% do valor do financiamento, não podendo cobrar tarifas ou encargos que ultrapassem a taxa de juros efetiva prevista na tabela. Os estados e municípios somente poderão atuar na faixa operacional de crédito I. No caso das cooperativas de produção e de serviços, o valor do crédito será considerado individualmente para cada cooperado. Para que a instituição responsável receba os recursos, deverá antes apresentar uma carteira de mi-

crocrédito já constituída, a ser analisada pelo BNDES. A participação do BNDES nos projetos pode chegar a 100% dos recursos destinados exclusivamente ao microcrédito, desde que se comprove contrapartida, financeira ou não. Os projetos apresentados ao BNDES deverão conter metas e indicadores de resultados econômico-financeiros e sociais quantitativos e qualitativos para acompanhamento. Os agentes repassadores enviarão ao BNDES informações dos contratos para controle, pesquisas, estudos e avaliação de resultados e impactos do programa.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) suspende aplicação de correção cambial. O BNDES suspendeu até o 31 de dezembro a aplicação de correção cambial na composição de 30% do custo financeiro dos empréstimos concedidos às empresas grandes e médias e às de capital estrangeiro incluídas no Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1999. A medida só é válida para os contratos feitos a partir de outubro. Os financiamentos à exportação de aviões, veículos e bens de consumo da linha BNDES-Exim são exceção a esta regra. O objetivo da medida é estimular a demanda por investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras, que são as mais beneficiadas com essa suspensão.

2.6 Infra-estrutura e regulação

Nova indexação para compra de energia. O Ministério da Fazenda definiu que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) será o indicador utilizado nos novos contratos de compra de energia, que serão assinados entre geradoras e distribuidoras após o leilão que será realizado no fim deste ano. Os contratos atuais são indexados ao IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), que é mais sensível à variação cambial. O IPCA valerá apenas para os novos contratos, uma vez que os antigos não serão modificados. Essa mudança poderá ter impacto na conta de energia elétrica. Apesar de uma parte da tarifa ser corrigida pelo IGP-M, o que não irá mudar, o gasto que as distribuidoras têm com a compra de energia é repassado integralmente para o consumidor. Se esse custo para a empresa for menor, o reajuste para o consumidor também tende a ser menor.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financia a construção da plataforma petrolífera P-52. A diretoria BNDES aprovou financiamento para construção de uma plataforma semi-submersível para produção de petróleo e gás natural (a P-52), no valor de US\$ 378 milhões, limitado estritamente aos gastos com bens e serviços nacionais, a serem desembolsados em até 36 meses. A operação foi aprovada no âmbito da Linha de Apoio à Exportação Pós-Embarque, na modalidade *buyer's credit* (financiamento ao importador), à empresa Petrobras Netherlands B. V., subsidiária da Petrobras na Holanda, cujo principal objetivo é desenvolver atividades de compra, venda, arrendamento, aluguel e afretamento de embarcações e equipamentos para exploração e produção de petróleo. No caso do financiamento de US\$ 378 milhões, serão considerados bens nacionais máquinas, equipamentos e materiais que atinjam, no mínimo, 60% de índice de nacionalização, de acordo com os critérios utilizados pela Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), do BNDES, excluídos todos os impostos, exceto o de importação. O empréstimo tem prazo de 13 anos, com 3 de carência e 10 de amortização. O custo é de Libor (taxa interbancária do mercado londrino) mais 2% ao ano. O *topside* da plataforma P-52 será construído no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. As instalações, que ocupam uma área de 70 mil m², pertencem às Indústrias Verol-

me-Ishibras S. A., foram arrendadas à Fels Setal em março de 2000 por 30 anos. Além do estaleiro em Angra, a Fels Setal conta com mais duas unidades em Niterói e Macaé, também no Estado do Rio de Janeiro.

Hidrelétrica de Barra Grande recebe liberação do Ibama para operar. Após cinco anos de impasse, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu licença ambiental para o enchimento do reservatório da usina hidrelétrica de Barra Grande. A hidrelétrica acrescentará 690 megawatts ao sistema de energia do Brasil. A autorização do Ibama foi concedida graças ao acordo firmado entre o governo e os sócios da usina, além do Ministério Público, visando compensar os danos ambientais causados pela construção. Esse acordo firma que, para compensar o corte de 2,6 mil hectares de vegetação, a empresa que conduz o projeto terá que comprar 5,7 mil hectares de florestas nativas de araucárias para a criação de um novo parque nacional.

3. TÓPICOS ESPECIAIS

Conteúdo tecnológico das exportações brasileiras: o papel da inovação e das empresas estrangeiras

Fernanda De Negri*

O Brasil é, tradicionalmente, um país extremamente competitivo em *commodities* primárias e em produtos intensivos em trabalho e recursos naturais. Esses produtos representam a maior parcela – cerca de 53% – das exportações brasileiras e têm sido grandes responsáveis pelos crescentes superávits comerciais obtidos pelo país. O contraste com a pauta de importações – 64% delas são de produtos de alta e média intensidades tecnológicas – reflete um padrão de especialização que, apesar de resultar de vantagens competitivas históricas da economia brasileira, está bastante afastado do padrão mundial e é menos dinâmico que ele.

A alteração desse padrão, por meio da agregação de valor às exportações brasileiras, contribuiria de forma positiva para o crescimento da economia¹ e tornaria o comércio exterior do país menos suscetível a choques externos. Isso depende, em grande parte, de capacitações tecnológicas e competitivas adquiridas no nível da firma. É nela que se desenvolvem os processos de inovação tecnológica que criam as condições competitivas para a inserção em mercados de maior conteúdo tecnológico, nos quais a concorrência é fortemente pautada na criação de novos produtos e/ou no aprimoramento dos já existentes. Também é na firma que se definem estratégias competitivas voltadas ou não, e em diferentes graus, para os mercados externos.

Nesse sentido, as empresas estrangeiras também poderiam desempenhar papel relevante,² dado que possuem acesso a mercados e tecnologias dos países desenvolvidos e que são, em sua maioria, líderes tecnológicas nos seus setores de atuação. Sendo assim, este trabalho procura explorar quais os impactos de dois fatores sobre a intensidade tecnológica das exportações brasileiras. Esses fatores são a inovação tecnológica na firma e a origem de capital desta – estrangeira ou nacional.

Para tanto, utilizaram-se informações provenientes da Pesquisa Nacional de Inovação Tecnológica (Pintec) e da Pesquisa Industrial Anual (PIA), ambas do IBGE, além de informações sobre as exportações das firmas, provenientes da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Os produtos da Standard International Trade Classification (SITC) exportados pelas firmas brasileiras foram classificados segundo sua intensidade tecnológica em cinco categorias: produtos de alta, média e baixa intensidades tecnológicas, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e *commodities* primárias.³

* Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

1. As novas teorias do comércio, em particular os modelos sobre a relação entre tecnologia e comércio, mostram que países que se especializam em produtos intensivos em tecnologia tendem a apresentar taxas de crescimento maiores que as dos demais. Para uma revisão dessa literatura, ver: Grossman, G. M. e Helpman, E. *Technology and Trade*. Working paper n. 4.926, NBER: Cambridge, nov., 1994.

2. Ver, por exemplo, Dunning, J. H. *International production and the multinational enterprise*. London: George Allen & Unwin, 1981. O autor afirma que as multinacionais podem ser uma força integradora na economia mundial, transferindo recursos como capital e tecnologia de países ricos nesses fatores para países ricos em mão-de-obra e recursos naturais.

3. A metodologia utilizada para essa classificação está disponível em UNCTAD – *Trade and development Report*, 2002.

Com essas informações, procedeu-se à estimação de seis equações de exportação: uma para as exportações totais e outras cinco para cada uma das categorias de produtos exportados. As variáveis explicativas são relativas à eficiência da firma (eficiência técnica e de escala), à inovação de produtos e processos, à origem de capital, e ao fato de a empresa ser importadora, além da inclusão de *dummies* setoriais, a fim de que se comparem apenas as firmas de um mesmo setor. Dessa forma, é possível estimar o efeito líquido, isto é, o efeito verificado independentemente de outros fatores, da inovação e da origem de capital da firma sobre suas exportações.

TABELA 1

Equações de exportação, por intensidade tecnológica do produto, para as firmas da indústria de transformação brasileira – 2000

Var. dependente	Exportações totais		Alta intensidade		Média intensidade	
	Coef.	DP	Coef.	DP	Coef.	DP
Variáveis						
Eficiência de escala	0,24	0,09***	-0,32	0,09***	0,23	0,09**
Eficiência técnica	0,29	0,05***	0,30	0,05***	0,13	0,06**
Inova produto mercado	0,38	0,16**	ns	ns	0,74	0,16***
Inova produto empresa	ns	ns	ns	ns	0,28	0,14**
Inova processo mercado	1,04	0,21***	0,99	0,21***	0,82	0,19***
Inova processo empresa	0,34	0,12***	ns	ns	ns	ns
Firma estrangeira	1,51	0,16***	0,71	0,16***	1,38	0,15***
Firma importadora	1,28	0,14***	1,37	0,14***	1,04	0,16***
Número de firmas	3800		1097		1549	
R2/valor de F	0,28 / 51,63		0,36 / 20,66		0,29 / 23,17	
White (DF / χ^2)	231 / 321,6		214 / 291,76		187 / 174,4	
Var. dependente	Baixa intensidade		Mão-de-obra e rec. naturais		Commodities	
	Coef.	DP	Coef.	DP	Coef.	DP
Variáveis						
Eficiência de escala	ns	ns	ns	ns	0,31	0,16*
Eficiência técnica	0,20	0,09**	0,24	0,06***	0,25	0,08***
Inova produto mercado	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Inova produto empresa	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Inova processo mercado	0,77	0,29***	0,95	0,20***	ns	ns
Inova processo empresa	0,45	0,25*	0,26	0,12**	ns	ns
Firma estrangeira	0,95	0,24***	0,41	0,19**	ns	ns
Firma importadora	0,84	0,33**	1,38	0,14***	1,49	0,26***
Número de firmas	1005		1949		794	
R2/valor de F	0,29 / 13,47		0,37 / 38,7		0,39 / 18,2	
White (DF / χ^2)	188 / 271,94		218 / 244		184 / 206	

Fonte: Pintec, PIA, Secex.

Obs.: Coeficientes dos setores Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a dois dígitos não reportados. Nos modelos heterocedásticos os desvios-padrão foram corrigidos pela matriz de variâncias e covariâncias de White. As variáveis quantitativas foram convertidas para logaritmo natural.

***, **, *: variáveis significativas a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

3.1 Os efeitos da inovação

As variáveis relativas à inovação mostram que a tecnologia desempenha papel importante nas exportações brasileiras. Firms inovadoras, sejam de produto ou de processo, tendem a exportar mais, em média, que as não-inovadoras, sendo que a inovação para o mercado tem um impacto (coeficiente estimado) maior que a inovação restrita à firma. Da mesma forma, a inovação de processo tem impactos positivos mais fortes que a inovação de produto no caso brasileiro. As **firmas inovadoras de produto para o merca-**

do exportam 46% a mais, em média, que as firmas não-inovadoras, enquanto as inovadoras de processo para o mercado exportam 183% a mais.⁴

Em produtos de menor conteúdo tecnológico, entretanto, o fato de a firma ser inovadora não contribui tanto para o seu desempenho exportador. Para as exportações de *commodities*, por exemplo, não faz diferença para a firma, em termos do seu desempenho externo, inovar ou não. Para exportar produtos de baixa intensidade tecnológica e intensivos em trabalho e recursos naturais, apenas as inovações de processo são relevantes.

É, entretanto, nas exportações de produtos mais intensivos em tecnologia que o impacto da inovação, no nível da firma, torna-se menos previsível. A concorrência em produtos de alta intensidade tecnológica é fortemente marcada pela inovação e diferenciação de produtos. No entanto, a inovação de produto não contribui significativamente para a competitividade internacional das firmas brasileiras que atuam nesses segmentos de mercado. A principal arma de competição utilizada por tais firmas, ou pelo menos aquela que tem dado resultados perceptíveis em termos em sua competitividade externa, é a inovação de processos. **O único tipo de inovação relevante para as exportações de alta intensidade tecnológica é a inovação de processo para o mercado, que aumenta, em média, em 169% as exportações da firma inovadora.**

Esse resultado parece indicar que as firmas brasileiras exportadoras de produtos de alta intensidade tecnológica não estão competindo, no comércio internacional, com produtos novos. A sua participação no mercado internacional desse tipo de produto depende, na verdade, de processos produtivos mais eficientes. Essa forma de inserção das firmas brasileiras em mercados de alta tecnologia pode ser um indício de que as etapas do processo produtivo desenvolvidas no país são as que menos requerem inovação de produtos por parte das empresas. Nesse caso, as novas tecnologias e, conseqüentemente, as inovações embutidas no produto final resultam de outras fases do processo produtivo: na produção de peças e componentes importados pelo setor de eletrônicos de consumo, por exemplo.⁵

Contudo, é nas exportações de produtos de média intensidade tecnológica que as inovações de produto mostram-se importantes, como arma competitiva, na inserção externa das firmas brasileiras. **As firmas que inovam em produto para o mercado exportam, em média, 110% a mais produtos de média intensidade tecnológica que as não-inovadoras; e as que inovam em processos para o mercado, 127% a mais.**

4. Estes números foram obtidos a partir da seguinte transformação do coeficiente estimado para a dummies: $(\exp(\beta) - 1) * 100$. Essa transformação é necessária em virtude de a variável dependente estar expressa em termos de logaritmos naturais, o que não ocorre com as variáveis binárias.

5. Recente estudo sobre as cadeias produtivas brasileiras (Coutinho, L. G. (coord). Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil – impactos das zonas de livre comércio. Brasília: Mdic, 2002) mostra que grande parte das importações da cadeia de eletrônicos de consumo é constituída de peças e componentes.

3.2 Os efeitos da origem de capital

Sobre as empresas multinacionais, o que os resultados mostram é que, de fato, estas exportam mais, em média (e controlados outros fatores), que as empresas domésticas.⁶ O coeficiente de 1,51 indica que empresas estrangeiras com os mesmos níveis de eficiência, com o mesmo perfil inovador e atuantes no mesmo setor que empresas domésticas exportam 350% a mais que estas últimas. A diferença positiva em prol das empresas estrangeiras mantém-se em todos os tipos de produtos exportados, com exceção das *commodities*, para as quais não há diferença significativa entre nacionais e estrangeiras.

Entretanto, o maior diferencial entre as multinacionais e as nacionais está nas exportações de produtos de média intensidade tecnológica. **As empresas estrangeiras exportam, em média, 297% a mais de produtos de média intensidade que as empresas nacionais.** Essa diferença é de 158% e de 103% nos produtos de baixa e alta intensidade tecnológica, respectivamente. Enquanto isso, as exportações de produtos intensivos em trabalho e recursos naturais são 50% maiores para as empresas estrangeiras.

Esses resultados sugerem um padrão de especialização diferenciado das empresas estrangeiras no Brasil em relação às nacionais, padrão este mais concentrado em produtos de média intensidade tecnológica. Por outro lado, em produtos de alta intensidade tecnológica, nos quais as grandes corporações multinacionais são líderes mundiais, a diferença entre as filiais brasileiras e as empresas domésticas não é tão grande quanto nos produtos de média intensidade.

As conclusões que podem ser extraídas desses resultados são as seguintes: em primeiro lugar, se considerado o fato de que grande parte das exportações brasileiras de produtos de média intensidade tecnológica destinam-se à América Latina, a especialização das filiais brasileiras nesse tipo de produto está bastante relacionada com um dos principais fatores de atração do IDE no Brasil: o mercado regional. Em segundo lugar, o fato de as empresas multinacionais serem mais competitivas em produtos intensivos em tecnologia não garante, por si só, que as filiais estrangeiras no Brasil sejam especializadas nesse tipo de produto, embora os exportem mais que as firmas nacionais. Por fim, muito embora o Brasil seja um país rico em fatores como trabalho e recursos naturais, essa dotação específica de fatores não parece ser o elemento mais importante na configuração do padrão de especialização das empresas estrangeiras no Brasil. Isso mostra que o país possui vantagens locais, como por exemplo o amplo mercado doméstico e o mercado latino-americano, capazes de atrair empresas estrangeiras especializadas em produtos mais intensivos em tecnologia que as tradicionais *commodities*.

6. Esse resultado já havia sido obtido, a partir de uma amostra um pouco maior do que esta e com uma especificação diferente do modelo em De Negri, F. Desempenho comercial das empresas estrangeiras no Brasil na década de 90: uma análise de dados em painel. Revista Economia Aplicada v. 8, n. 2, São Paulo: Fipe/USP: abril-junho, 2004. Nesse estudo, chegou-se a um valor de exportações das empresas estrangeiras 70% maiores que o das nacionais.

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Iranilde Rego

Revisão

Sarah Ribeiro Pontes

Gisela Viana Avancini Rojas

Elizabete Antunes de Souza (estagiária)

Raquel do Espírito Santo (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

André Pires de Carvalho

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9ª andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14ª andar 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9ª andar, sala 904

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5374

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br